TANGARÁ DA SERRA

Prefeitura recebe autorização para iniciar as obras de captação de água do Rio Sepotuba

A obra será conduzida pela Secretaria de Infraestrutura

Assessoria

O documento autorizando a Prefeitura Municipal dar sequência às obras de captação, tratamento e distribuição de água do Rio Sepotuba chegou às mãos do Prefeito Municipal Vander Masson na manhã desta quarta-feira, dia 11 de maio. A outorga foi entregue pelo Diretor Regional da Sema Jeferson Zucchi em solenidade realizada no Gabinete de Políticas Públicas para Mulheres, no Paço Municipal.

O documento, que apresenta um diagnóstico ambiental, encaminha e libera a licença de captação de água instalação da rede e de equipamentos acessórios, como bombas de propulsão e semelhantes. "Tivemos que fazer alguns ajustes, corrigimos alguns pontos e enviamos para a Sema que prontamente analisou e hoje está entregando esse documento. Agora sim, podemos dar sequência às obras e realizar o sonho da população tangaraense", salientou o Chefe do Executivo Municipal, em entrevista coletiva realizada no momento da entrega da outorga.

> Podemos dar sequência às obras e realizar o sonho da população

O Diretor Regional da Sema, Jeferson Zucchi explicou que a entidade deu prioridade absoluta ao processo por conta da sua importância para a coletividade. "A Sema entende que é um processo de extrema importância para Tangará da Serra e ressalto que todos os requisitos estabelecidos na lei foram seguidos", disse. O projeto apresentado pelo Executivo e aprovado pela Sema valerá por quatro anos e atende todos os requisitos estabelecidos pela legislação tanto técnicos como documentais, atestou o diretor.

O prefeito informou ainda, na presença de vereadores e secretários Municipais que a obra será conduzida pela Secretaria de Infraestrutura. Contudo, uma licitação ainda será realizada para contratar alguns profissionais técnicos para acompanhar a obra (topógrafo e engenheiro).

A outorga foi entregue nesta quarta-feira

Masson estima que em 30 dias a obra esteja a pleno vapor e paralelamente alguns ajustes serão feitos no sistema já existente como precaução ao próximo período de estiagem.

Pedido solicitado pela Câmara

CAMPO NOVO

Vereadores querem aumento de duodécimo

Câmara poderá custar R$ 9,5 milhões aos cofres públicos ao ano

Redação DS

Atualmente, os vereadores de Campo Novo do Parecis recebem anualmente do orçamento total do município, por meio do duodécimo, recursos para o custeio dos trabalhos legislativo. No ano de 2021, o valor chegou a R$ 7 milhões.

Por meio do ofício 008/2022, assinado pelo presidente do Legislativo Municipal, Willian Freitas Rodrigues, os vereadores solicitaram um aumento considerável no repasse, o que significa que a Câmara poderá custar R$ 9,5 milhões em 2022, e ainda mais nos anos subsequentes.

"Atualmente o orçamento aprovado inviabiliza a manutenção da Câmara Municipal", justifica no documento, afirmando que após o início das atividades legislativas que observou-se a necessidade do reajuste do orçamento.

Este novo valor solicitado, se dividido de maneira per capita, cada vereador custará aproximadamente R$ 1.055.555,00 anualmente. Esse valor é destinado para o custeio do legislativo municipal, que entre outros custos estão salários, verbas indenizatórias, passagens aéreas para fora do Estado e diárias.

> Orçamento aprovado inviabiliza a manutenção da Câmara Municipal

Em comparativo com o município de Sapezal, que possui um perfil análogo ao de Campo Novo, a Câmara de Vereadores de lá recebeu no ano de 2021 um repasse total no valor de R$ 6,5 milhões, deste, fez a devolução de R$ 2,5 milhões. Ao fazer a divisão per capita, cada vereador de Sapezal custou aproximadamente R$ 444.444,00 no ano passado ou 2,5 vezes menos comparado aos gastos dos vereadores de Campo Novo.

No ano de 2021, a Câmara de Campo Novo fez a devolução de R$ 1 milhão. Mesmo com a devolução, os vereadores custaram cada um uma média de aproximadamente R$ 666.666,00.